MPF e Codesp discutem acordo sobre erosão

Objetivo é evitar perda da faixa de areia

EDUARDO BRANDÃO
DA REDAÇÃO

Os efeitos da erosão tendem a ser minimizados na Ponta da Praia, em Santos. O Ministério Público Federal (MPF) e a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) devem assinar um acordo para a adoção de técnica a fim de evitar a perda de faixa de areia. O documento pode ser finalizado até dezembro, com as intervenções sob responsabilidade de uma empresa internacional.

Valores, nome da companhia responsável e previsão para início dos trabalhos não foram revelados. Também não está definido quem vai arcar com os custos das intervenções. Entretanto, é a primeira vez que a autoridade portuária sinaliza com obras para resolver o problema.

"Estamos chegando a um acordo para que seja feita uma obra de caráter definitivo", afirma o promotor de Justiça do Meio Ambiente de Santos, Daury de Paula Júnior.

Segundo especialistas ouvidos por *A Tribuna*, a erosão na Ponta da Praia foi potencializada após o processo de dragagem no Canal do Estuário. Contribuem para a redução da faixa de areia os efeitos do aquecimento global e avanço do nível do mar, que deve subir até 40 centímetros em 100 anos.

O problema é antigo e conhecido do Poder Público. Estudos da Prefeitura de Santos indicam que o avanço da maré vai exigir investimento superior a R$ 240 milhões na próxima década.

RESSACA

Uma ressaca pode reduzir até oito metros a faixa de areia na Ponta da Praia (foto). É o que concluiu um trabalho do Núcleo de Pesquisas Hidrodinâmicas (NPH) da Universidade Santa Cecília (Unisanta). "Depois (da passagem do fenômeno), a praia pode voltar a acumular sedimento", afirma a Alexandra Sampaio, integrante do grupo. Segundo ela, os valores foram medidos em um intervalo de uma semana antes e logo após o avanço da maré. Verificou-se ainda aumento de até 22 centímetros na altura do nível do mar. "A erosão pode ser agravada principalmente durante os períodos de ressacas intensas. E ocorre devido à maior retirada de areia, devido à ação das ondas", explica. Alexandra afirma existir diferentes soluções para minimizar os impactos da erosão. A menos onerosa seria a recomposição da vegetação natural de restinga para retenção do banco de areia nas praias. Bertioga, por exemplo, já tem usado o jundu, similar a uma grama, cujas raízes se fincam no solo, evitando que a maré alta leve os sedimentos.

PROJETOS

A possibilidade de a Codesp custear as intervenções é o desdobramento de dois projetos elaborados pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP). Os trabalhos foram encomendados pela autoridade portuária para indicar a melhor e mais viável técnica a ser adotada para conter a perda de faixa da areia.

"Já houve apresentação (das técnicas estudadas pela Codesp) aos dois ministérios públicos (Federal e Estadual). E será feita por uma empresa com experiência internacional em trabalhos realizados mundo afora", explica o promotor do Meio Ambiente.

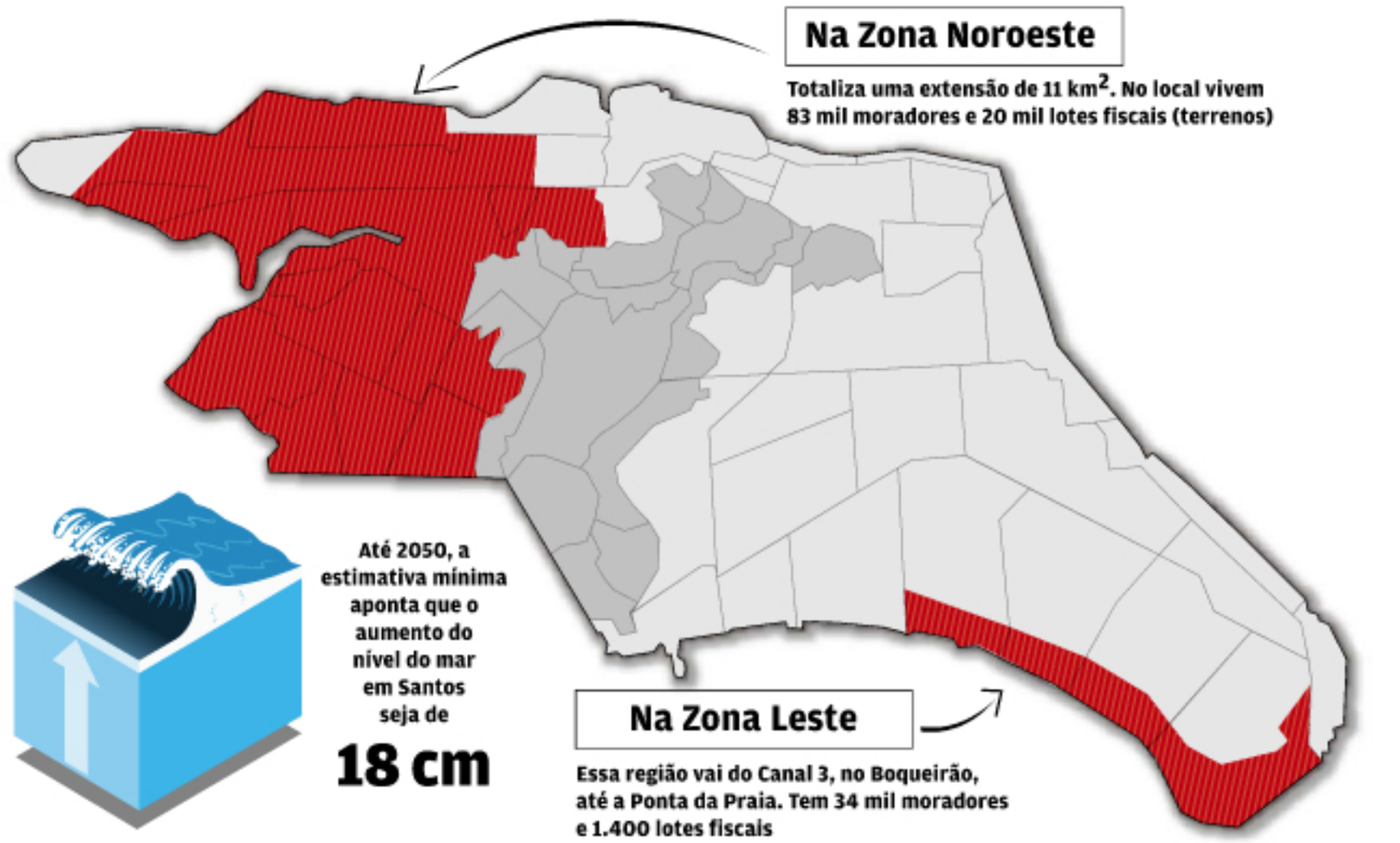
SEM VERBA

Devido ao avanço desse acordo, o recurso pleiteado pela Prefeitura para elaboração de estudos a fim de minimizar os impactos das ressacas na Ponta da Praia deve ser suspenso.

O trabalho estava orçado em R$ 4 milhões e viria do Fundo Estadual de Defes a dos Interesses Difusos, que está sob tutela do Ministério Público – é formado pelo pagamento de sanções ambientais.

"Se o Porto (Codesp) não resolver a questão, aí é válida a iniciativa. Não podemos esperar eternamente ver a Ponta da Praia sendo destruída sem alguém tomar providência", continua Paula Júnior. Procurada, a Prefeitura de Santos não se posicionou sobre a eventual suspensão do repasse solicitado.

PONTOS SENSÍVEIS



NIRLEY SENA
Ainda não há prazo, nem valores revelados para sanar o problema

GEO BAGS

Conforme apurado pela Reportagem, deve ser adotada a instalação de uma barreira artificial na água, paralela à faixa de areia, constituída por *geo bags* – grandes sacos produzidos à base de um material especial. A técnica cria uma espécie de quebra-mar para reduzir a força das ondas quando chegam à linha costeira, evitando a perda de sedimentos. Medida semelhante foi adotada, por exemplo, em Atlantic City, nos Estados Unidos. *A Tribuna* apurou que a autoridade portuária pretende finalizar a elaboração do termo de referência ainda neste ano. Por sua assessoria de imprensa, o órgão federal confirmou a negociação, mas alguns pontos do acordo ainda precisam ser definidos.

SV trocará acesso à Ilha Porchat

A perda de faixa de areia pode mudar a paisagem do principal cartão-postal de São Vicente. Um projeto ainda em fase inicial prevê a troca da rampa de acesso para a Ilha Porchat por uma espécie de ponte "vazada".

A medida deve faciliar a maior movimentação de sedimentos entre as praias do Itararé e Milionários, evitando que esta última sofra os efeitos da erosão. A obstrução dessa circulação é uma das causas apontadas por especialistas pelo encolhimento de trechos na faixa de areia na Baía de São Vicente.

Até o início dos anos 2000, um acesso subterrâneo da Alameda Paulo Gonçalves (acesso à Ilha Porchat) possibilitava a movimentação de sedimentos entre as duas praias. Mas, por questões de segurança, a passagem foi fechada.

Segundo o secretário municipal de Meio Ambiente, Vitor Carlos Vitório, esse fenômeno pode ser minimizado caso seja respeitada a circulação da corrente da maré. "Por enquanto, trabalhamos com a contenção por meio de barreiras de concreto e pedras", diz.

Outra proposta estudada pelo Poder Público vicentino seria a criação de um bloqueio físico na entrada da Baía de São Vicente. Essa técnica é semelhante ao que pode ser adotado na Ponta da Praia, em Santos.

LITORAL SUL

Os efeitos provocados pelo aumento da temperatura global e elevação do nível do mar passam a ser estudados também em Praia Grande. A Defesa Civil da Cidade finaliza a criação de uma Comissão Especial de contingência de ressacas. A intenção do órgão é elaborar propostas para reduzir as ações do fenômeno na costa.

Já em Itanhaém, a Administração Municipal atua em duas frentes: ações emergenciais e preventivas. Nas primeiras, realiza a colocação de pedras, por exemplo, para evitar o avanço do mar sobre a parte urbanizada em ocasiões de ressaca. Na segunda medida, desenvolve o Plano de Combate à Erosão e o Plano de Manejo do Jundu, com o replantio da vegetação nativa que auxilia na fixação da areia.

Mongaguá e Peruíbe afirmam acompanhar atentamente as alterações costeiras. A primeira, que constantemente é afetada pela ressaca, alega falta de recursos para a adoções de projetos para minimizar os efeitos da força da maré.

"Cabe-nos monitorar as ações marítimas para alimentar o sistema de informações dos órgãos governamentais de outras instâncias que são acionados por ocasião dessas ocorrências, para que assim possam nortear suas eventuais iniciativas", afirma a Administração de Mongaguá.

DESDE O INÍCIO

Desde os anos iniciais de sua formação, São Vicente sofre com a força do mar. Uma "onda gigante" arrasou a primeira vila fundada no Brasil, formada por 150 habitantes, em 1541. O fenômeno foi relatado por frei Gaspar da Madre de Deus no século 18, com base nas atas da Câmara. "Hoje é mar o sítio onde esteve a vila", relatou o religioso. Outras revoltas oceânicas destruíram com certa frequência trechos urbanos vicentinos a partir de 1920.

EDISON GARAÇAL/ARQUIVO A TRIBUNA
Rampa dará lugar a ponte vazada, para facilitar movimento de sedimentos